

MAGISTÉRIO E GÊNERO MASCULINO: O HOMEM NA ATIVIDADE EDUCATIVA DAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Mônica Vieira Silva¹

Resumo

Este artigo analisa a inserção e a atuação do homem no magistério das séries iniciais do ensino fundamental, bem como a sua importância no processo educativo do primário. A pesquisa permitiu observar que a participação masculina na atividade educativa do primário, hoje, é quase inexistente pois o magistério ainda é considerado profissão feminina, sendo assim os homens que atuam nas séries iniciais sofrem preconceito devido a sua escolha profissional. Tais resultados são preocupantes, pois, a presença masculina nos ambientes escolares, principalmente no magistério das séries iniciais do ensino fundamental é de grande importância no processo educativo da criança, desse modo homens e mulheres, podem e deve exercer as mesmas profissões dependendo apenas de suas habilidades e capacidades.

¹Acadêmica do 3º Período do Curso de Pedagogia/Noturno na Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES.

Palavras-chave:

Magistério, Gênero Masculino, Primário.

Introdução:

As relações de gênero vem se tornando a cada dia uma questão necessária obrigatória para os que pretendem discutir a educação. Não há como negar a ressonância de tais construções no cotidiano e nas práticas escolares. (ASSUNÇÃO, 1996, P. 5).

A observação do reduzido número de homens atuando no magistério das séries iniciais do ensino fundamental é o ponto de partida para desenvolver esta pesquisa. Antes de discutir e analisar a atuação do gênero masculino no magistério bem como a sua importância no processo educativo as dificuldades e discriminação encontrada por este tanto no meio acadêmico e no mercado de trabalho faz-se necessário entender o porque que atualmente esse campo educacional (séries iniciais do ensino fundamental) é predominado pelo público feminino para isso tem-se que lançar o olhar no passado buscando na história da educação brasileira pistas e vestígios que possibilitarão entender este fenômeno bem como os motivos que levaram á evasão do gênero masculino da prática educativa do ensino primário.

A primeira manifestação de educação no Brasil se desencadeou com a chegada dos primeiros jesuítas junto a coroa portuguesa em 1549, sendo esta uma educação elitizada de cunho religioso, sendo assim:

A educação estatal foi confiada por concessão a companhia de Jesus: Os padres iriam ensinar meninos brancos e catequizar crianças indígenas, os irmãos adjutores iriam financiar os colégios, acumular riquezas em gado e plantações nos milhares de léguas que não custava nada ao rei lhes dar. (MENEZES, 1996, p.140, apud SILVA, 2008, p. 13).

Dessa forma é possível perceber que o início da trajetória da educação brasileira foi marcada predominantemente pela atuação masculina, essa “educação dos jesuítas” permaneceu no país até metade do século XVIII, quando em 1759, através ou com as reformas pombalinas o ensino público passou a ser assumido pelo estado, ainda assim pouco se mudou em relação a mulher, pois, a esta cabia ainda o papel de “serventia da casa”.

Nesse período da história, a educação feminina, ficava restrita aos ensinamentos dos cuidados com a casa e com os filhos, ficando a educação letrada reservada ao sexo masculino. A mulher branca na época colonial, cujo modelo era inspirado no ocidente, deveria ser passiva, calada e regrada e submissa, não tendo acesso a arte de ler e escrever. (RAMALHO, 2002, p.38, apud SILVA, 2008, p.14).

Em 1824, houve uma regulamentação constitucional que instituiu o ensino primário a todos os cidadãos mais isso quando se fazia era reservada apenas aos meninos e a situação das meninas, mulheres ficava à margem da sociedade, dessa forma os homens continuavam assumindo os cargos “nas instituições de ensino”, pois, as mulheres não tinham acesso à educação. Portanto, percebe-se que bem no início do processo histórico educacional, a educação no Brasil era oferecida apenas aos homens, as mulheres quando começaram a ter este acesso foi apenas como alunas do ensino primário, dessa forma como aponta Almeida:

Logo quando se criou as primeiras escolas de preparação de professores primários (que atuam nos primeiros anos da educação escolarizada) era vetada matrícula de mulheres naqueles estabelecimentos. Somente alunos do sexo masculino eram aceito em seu quadro de formação. (2006, p.11).

Assim, as mulheres poderiam apenas cursar o primário mas, lecionar era tarefa atribuída aos homens. Em 1870, foi promulgada a lei de criação de Escolas Normais, surgiu então a oportunidade de a mulher dar continuidade aos estudos primários, tendo em vista que o ensino secundário era restrito aos homens permitindo-os cursar ensino superior.

Durante o império, o ensino secundário propedêutico e destinava-se aqueles que pretendiam prosseguir os estudos em nível Superior. Sendo que este último não era permitido às mulheres. A escola normal então, passou a representar uma das poucas oportunidades, se não a única, de as mulheres prosseguirem seus estudos além do primário. Ela abrigou tanto mulheres que queriam efetivamente Lecionar, como outras que buscavam apenas dar continuidade aos estudos e adquirir boa formação geral antes de se casarem. (BRUCHINI e AMADO apud DEMARTINI e AN-TUNES, 2002,p. 70).

Neste momento do processo histórico é visível inferir que a mulher começa a freqüentar os espaços escolares que antes eram restritos aos homens bem como lembra Almeida. “Durante décadas, o magistério havia sido desempenhado somente por homens e havia muitos professores lecionando nas Escolas Normais para moças e rapazes.” (1998, p.58). Sendo assim a quantidade de mulheres que freqüentavam as Escolas Normais começou a modificar, este espaço educacional que como já foi dito era constituído em sua maioria por homens, passou a ter “predominância marcadamente feminina”, e isso em sua maior parte aconteceu por dois motivos o primeiro; as escolas normais era a “única forma” das mulheres continuarem seus estudos. O segundo; a sociedade de uma maneira geral e até mesmo o governo fizeram uma interpretação, de que a mulher seria o ideal para conduzir o ensino primário, Almeida deixa isso bem claro:

A mulher por ser naturalmente mais afetiva, ter mais carinho para com os filhos, característica feminina inegável, ter mais prática e estar mais próxima de crianças no cotidiano do lar, quando se trata de uma sociedade marxista. A sociedade e o governo fizeram uma interpretação, ou uma dedução, de que a figura feminina e não a masculina seria ideal na condução do ensino primário. Seria a distensão da educação do lar para a escola. Alegavam que a mulher era detentora de maior valor moral, característica importante ao profissional que lida com a educação ou em qualquer outra atividade. (ALMEIDA, 2006, p.15).

Juntamente com o aumento da quantidade de mulheres nas escolas Normais e conseqüentemente a sua atuação no magistério das séries iniciais cresceu também a desvalorização do profissional dessa respectiva área de ensino. Assim como afirma Almeida desde quando o governo assumiu o sistema educativo instituindo o ensino primário à todos os cidadãos, a remuneração dos professores passou a ser de responsabilidade do governo, e esta por sua vez passou a ser inferior ao que era antes, quando, os professores (Mestres-Escolas) trabalhavam por conta própria.

Os Mestres-Escolas, que antes trabalhavam por conta própria passaram a ser funcionários do Estado. Muitos desses Mestres não tinham formação técnica (mesmo quando começou a surgir às primeiras escolas de formação de professores o seu alcance era muito restrito). Porém, eram profissionais que tinham extrema experiência e habilidades. Eles aprendiam a ensinar, ensinando. Estes profissionais recebiam a aprovação dos pais dos alunos e estes os estimavam. Mas para o Estado esses profissionais careciam de melhor formação técnica, por isso não tinham valor profissional. O Estado deixava a educação em último plano. Dentre as muitas desvalorizações, estava a baixa remuneração dos professores. (ALMEIDA, 2006, P. 13).

Ainda sobre a baixa remuneração e sua relação com a desvalorização do profissional do magistério Campos (1982) afirma que:

A má remuneração dos professores, que não era uma exclusividade do Brasil, a falta de condições das escolas e os escassos fundos concedidos à educação refletem, certamente, o preconceito em relação à atividade educativa, não considerada como um investimento produtivo relevante. (CAMPOS, 1982, P. 70).

Além disso a formação do magistério que antes era de três anos passou a ser de quatro anos, sendo assim o homem que ingressa-se nas Escolas Normais gastariam mais tempo para se instruir numa área de trabalho que lhe oferecia muito pouco remuneração dessa forma uma associação entre magistério e baixo prestígio profissional foi se instalando gradativamente, a ponto de ser visto como desonroso para o homem continuar atuando como profissional na prática educativa das séries iniciais, assim a evasão de professores do sexo masculino do magistério primário público passou a ser fato usual.

Para completar o processo de feminização do magistério e conseqüentemente a evasão do homem da prática educativa do ensino primário o governo passou a dar preferência nas Escolas Normais para as mulheres, assim como lembra Almeida:

Tanto é que a própria lei, mais tarde, dava preferência às meninas nos cursos de formação de professores do ensino primário, os meninos eram aceitos em segundo plano. Registrando dessa forma mais uma forma dos homens saírem dessa função. Assim a idéia de que a educação de criança era tarefa genuinamente feminina foi sendo internalizada no consciente do povo como se pode observar, hoje, isto é tido como verdade. (ALMEIDA, 2006,P.16).

As transformações econômicas que surgiram no século XIX no Brasil substanciou a emergência de novos empregos e serviços com isso o homem passou recorrer à essas novas oportunidade, deixando o magistério das séries iniciais. Essa saída do homem da atividade educativa do primário e a entrada da mulher pode ser chamada de feminização do magistério. Com a presença da mulher nessa respectiva modalidade de ensino a docência nas séries iniciais do ensino passou a ser exercida como atividade paralela à função de administradora do lar a sociedade de uma visão geral passou a ter a idéia de que o magistério era uma profissão feminina porque exigia paciência e vocação, assim a atividade educativa das séries iniciais começou a adquirir características marcadamente femininas, tais como fragilidade, afetividade, doação.

Desse breve histórico do processo da entrada da mulher no magistério é possível compreender o possíveis motivos que levaram o homem a evadir do magistério das séries iniciais do ensino fundamental, abrindo espaço para discutir e analisar a atuação do gênero masculino na respectiva modalidade de ensino. Quando se fala hoje na carreira de magistério, logo se remete uma idéia de feminino, mulher, uma vez que nos ambientes escolares, principalmente nas salas de aulas das séries iniciais do ensino fundamental na educação básica, a figura feminina aparece constantemente em maior número.

Há muito se sabe que a escola primária e constituída basicamente pela presença feminina. Mas não basta reconhecer as causas de tal feminização e seus reflexos na vida escolar, pois a associação que se faz entre educação de crianças e mulher não é tão “natural” como se crê: trata-se de um movimento social, político histórico e econômico que emerge com o capitalismo. (ASSUNÇÃO, 1996, p. 3 apud SILVA, 2008, p. 15).

E essa idéia que se manifesta e prevalece na sociedade contribui mais para a evasão do homem dos cursos que habilitam o profissional da área de educação básica (Pedagogia, Normal Superior, Magistério), desaparecendo assim consequentemente a figura masculina do magistério. Contudo, a presença do homem nas salas de aula das séries iniciais do ensino fundamental na atualidade é rara, diferente e sem dúvida causa até mesmo um estranhamento para algumas pessoas.

As professoras se espantam quando vêem um homem se interessando pelo magistério surge até a dúvida quanto a sua masculinidade. O espanto cresce quando o homem é bem sucedido no seu trabalho. As professoras, supervisoras e mesmo a direção da escola reconsideram sua posição preconcebida. (NOVAES, 1994, p. 104 apud, SOUZA, 2008, p. 20).

Esse estranhamento não acontece somente em escolas das séries iniciais mas também em creches ou em instituições que trabalham no cuidado e nos primeiros passos da alfabetização da criança.

Com a feminização do magistério os estudos e as discussões sobre a importância da presença do homem na prática educativa do ensino primário aumentam, autores como, Scott (1995), Frank (2006), Kleff (2008) e Diefenbach (2002) frisam essa importância em alguns de seus trabalhos. Jytte Jensen (1994) destaca a importância da igualdade de oportunidades entre homens e mulheres em relação aos cuidados com as crianças pequenas bem como o aumento de alunos (homens) que estudam em cursos que formam educadores, pedagogos, profissionais capacitados para atuarem na educação básica.

A importância da presença do homem na prática educativa é bem lembrada por Gunnarsson (1994), este autor ressalta que:

É consenso amplamente difundido no setor que a presença de mais homens não só reduziria a carência de profissionais como contribuiria para tornar o ambiente nas creches melhor tanto para os adultos quanto, principalmente, para as crianças, proporcionando a tão necessária oportunidade de conviverem diariamente com adultos de ambos os sexos. (GUNNARSSON, 1994, P. 142).

Nesse sentido Assunção (1996) aponta que a ausência de homens nas instituições de educação infantil é um dos motivos para compor as complexas relações entre as professoras. “Parece, de acordo com os depoimentos, que toda a confusão, fofocas, picuinhas, competição etc, decorrem do fato de a escola só ter mulher, e muita mulher junta não pode dar outra coisa”. (1996, P. 53).

Dessa forma a autora mostra que:

Todas as professoras concordam que o ambiente da escola seria significativamente alterado. A crença nisso está apoiada nas representações acerca do que é ser homem. Para elas, o cotidiano da escola seria alterado porque o homem tem como características, entre outras: ser objetivo, não estar preso a coisas pequenas, ser sério, compenetrado, não ser fofoqueiro, ser respeitoso. (ASSUNÇÃO, 1996, p. 54).

Sendo assim a presença do homem nessas escolas ajudam a manter uma boa relação entre os profissionais contribuindo para uma melhor prática educativa.

Ainda dentro dessa importância Kleff (2008) defende que as “instituições primárias” necessitam de professores homens para educar meninos e meninas nas escolas, pois, muitas crianças, durante o importante período da fase de desenvolvimento, segundo ele cinco até a puberdade, praticamente não possuem exemplos e muito menos, convivências com o sexo masculino em casa ainda de acordo com ele

essa ausência do homem na atividade educativa do ensino primário deixa os garotos com poucas chances de se espelharem numa figura masculina na escola.

Dessa forma percebe-se que a questão de gênero está ligado a todo um processo educativo, pois, é nesse processo que a criança vai definindo-se como se deve ser um homem e como ser uma mulher, assim torna-se imprescindível à discussão da relação “Gênero e Educação” nesse sentido Almeida (1998) destaca a importância do sexo masculino na formação educacional:

Apesar da incontestável situação da mulher brasileira na educação de crianças revestida de uma aréola de incondutível fulgor, que lhe emprestavam a sólida cultura e o zelo apostolar, um menino de 11 anos precisaria de um homem que lhe dirigisse os passos da vida, o professor masculino, mais experimentado na luta pela vida disporia de maiores recursos para fazê-lo. (ALMEIDA, 1998, p. 146).

Em entrevista a revista escola, Fernández (2007), também ressalta a importância masculina na construção da identidade da criança, uma vez que neste processo é importante que a mesma tenha uma convivência com os dois sexos.

Considerando que os humanos aprendem por identificação, é possível imaginar como é difícil para um garotinho ser ensinado por uma mulher a fazer xixi usando o vaso sanitário, por exemplo. Ela não é um modelo para ele porque não age da mesma maneira. Isso se repete na escola, onde a maioria é de professoras. Sempre queremos nos parecer com quem ensina. (MARANGON, 2007, p. 28).

Considerações Finais

Nesse sentido o estudo e análise da inserção e atuação do gênero masculino no magistério das séries iniciais do ensino fundamental torna-se indispensável, esse estudo se faz muito importante para o entendimento de questões tais como a feminização da carreira do magistério, a ausência do homem nesse campo de trabalho e a sua importância no processo educativo. E assim buscar superar barreiras nas relações de gênero dentro da escola, contribuindo para o exercício de uma prática pedagógica que eduque independentemente do sexo, rompendo também com as barreiras do preconceito, favorecendo assim, positivamente com a construção de uma prática educativa que não separe gênero masculino e feminino, mas considere o gênero humano.

Referências

ABREU, Jânio Viera de. **O masculino nos caminhos da docência primária em Teresina (PI)-(1970-2000)**-. www.ufpi.br. Acessado em 31/05/2009 às 11h e 30min.

ALMEIDA, J>S. **Mulher e Educação: a paixão pelo possível**. São Paulo: Ed. Unesp, 1998.

ALMEIDA, João Lopes de. **A participação masculina na atividade educativa do ensino primário**. (monografia apresentada para a obtenção de título em pedagogia)- UNI-MONTES-Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, 2006.

ASSUNÇÃO, Maria Madalena Silva de. **Magistério Primário e cotidiano Escolar**. Campinas. São Paulo; Autores Associados, 1996.

AUAD, Daniela. **Educar Meninos e Meninas:** relações de gênero na escola. São Paulo: Contexto,2006.

BENCINI, Roberta. **Brincadeiras não tem sexo.** Nova Escola. U. 22 n. 203. Jun-jul/2007,p.105-106.

BEUSTER, Frank. **Die Iurgenkatastrophe:** das Überforderte Geschlecht, hamburg: Rawohlrt, 2006.

CAMPOS, Gisele Santana. **A aprendizagem das crianças e sua relação com a figura masculina na família.**(Monografia apresentada para a obtenção de título em pedagogia)-UNIMONTES- Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, 2006.

DIEFENBACH, H./KLEIN,M. “Bringing Black”, soziale Ungleichheit Zwischen den Geschlechtern im Bildungssystem Zuungunsten Von Jungen am Beispiel der Sekundarabschüsse, In: zeitschrift für Padagogik,2002/6, p. 938-958.

DUARTE, Simone Viana; FURTADO, Maria Sueli. **Manual de Elaboração de Monografias e Projetos de pesquisas.** 2 ed. Montes Claros: Unimontes, 2000.

FERREIRA, Dejinany Maria Rodrigues. **Por que o Magistério de 1ª a 4 Série:** Vozes Femininas Sobre a Entrada e Permanência na Carreira.(Monografia apresentada para a obtenção de título em Pedagogia)-UNIMONTES-Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros,2004.

FILHO,Manuel Bergstrom Lourenço. **A formação de professores:** da Escola Normal à Escola de Educação.

GUNNARSSON,Lars. **Política de Cuidado e Educação infantil na Suécia.** In ROSEMBERG, Fúlvia e CAMPOS,Maria Malta (orgs). Creches e Pré- escolas no Hemisfério Norte. São Paulo; Fundação Carlos Chagas, Ed. Cortez, 1994.

JENSEN, Jytte. **Educação Infantil na comunidade Europeia.** In: Anais do Simpósio Nacional de Educação Infantil. COEDI/MEC, 1994.

KLEFF, Sanem. **Von der Gewerkschaft Erziehung und wissenschaft:** Quotermanner fur die Erziehung. In: HHp;// grueye-berlin. De /positionen/stach-org/135/135-gespraech.htm,19/05/08.

MARANGON,Cristiane. **Aprendizagem Também é uma questão de Gênero.** Nova escola. N 207, Novembro/ 2007, p.26-30.

SAVIANI,Dermeval. **A história da escola pública no Brasil.** Revista de Ciências da Educação. Salvador, jul/2002,p. 185-200.

Scott,Joan. **Gênero:** Uma categoria útil de análise. In: Gênero e Educação. Educação e Realidade, Porto Alegre, FAE: UFRGS,v 20,n.2.jul-dez,1995.p.71-100.

SILVA,Romildo José da. **Gênero Masculino e Magistério:** Análises e Discussões da inserção e Atuação do Homem no Magistério das Séries Iniciais do Ensino Fundamental. (Monografia apresentada para a obtenção de título em pedagogia)- UNIMONTES- Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros,2008.

VEIGA,Ilma Passos Alencastro. (org). **Caminhos da Profissionalização do magistério.** Campinas. São Paulo: Papyrus, 1998 (Coleção Magistério: Formação e trabalho pedagógico).